

RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA

LICITAÇÕES e CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Teoria e Prática



- ⌘ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- ⌘ Fechamento desta edição: 29.06.2021
- ⌘ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- ⌘ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- ⌘ Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- ⌘ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- ⌘ Capa: Aurélio Corrêa
- ⌘ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Oliveira, Rafael Carvalho Rezende

Licitações e contratos administrativos: teoria e prática / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 10. ed.
– Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-596-4178-9

1. Direito administrativo – Brasil. 2. Licitação pública – Legislação – Brasil. 3. Contratos administrativos – Brasil. I. Título.

21-71743

CDU: 342.9(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – LICITAÇÃO	1
1.1. Conceito, objetivos e função regulatória.....	1
1.2. Fontes normativas.....	6
1.3. Competência legislativa e aplicação da Lei de Licitações.....	7
1.4. Princípios da licitação	11
1.4.1. Princípio da competitividade	12
1.4.2. Princípio da isonomia	13
1.4.3. Princípio da vinculação ao edital	14
1.4.4. Princípio do procedimento formal (formalismo moderado)	15
1.4.5. Princípio do julgamento objetivo.....	16
1.4.6. Princípio do planejamento	16
1.4.7. Princípio do desenvolvimento nacional sustentável	16
1.4.8. Princípios da publicidade e da transparência	19
1.4.9. Princípios da eficiência, da celeridade e da economicidade	20
1.4.10. Princípios da segregação de funções	20
1.5. Objeto da licitação	21
1.5.1. Obras e serviços de engenharia	24
1.5.1.1. Projeto básico, projeto executivo e outras exigências legais.....	26
1.5.1.2. Vedações e impedimentos	27
1.5.1.3. Formas de execução: direta e indireta	29
1.5.1.4. Execução indireta: empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, empreitada integral e tarefa	29
1.5.1.5. Obras e serviços de engenharia na Lei 14.133/2021	30
1.5.2. Serviços	32
1.5.2.1. Terceirização: a superação da distinção entre atividade-meio x atividade-fim	32

1.5.2.2.	Contrato de gestão para ocupação de imóveis públicos (contrato de <i>facilities</i>)	37
1.5.2.3.	Quarteirização	38
1.5.2.4.	Serviços técnicos profissionais especializados	40
1.5.2.5.	Serviços de publicidade	41
1.5.2.6.	Serviços na Lei 14.133/2021	42
1.5.3.	Compras	44
1.5.3.1.	Indicação de marcas, amostras e certificados de qualidade	44
1.5.3.2.	Princípio da padronização.....	45
1.5.3.3.	Preferência do Sistema de Registro de Preços (SRP)	45
1.5.3.4.	Divisibilidade do objeto e licitação por item.....	45
1.5.3.5.	Compras na Lei 14.133/2021	47
1.5.4.	Alienações	52
1.5.4.1.	Alienações na Lei 14.133/2021	53
1.5.5.	Locação de imóveis na Lei 8.666/1993 e na Lei 14.133/2021	54
1.5.6.	Licitações internacionais na Lei 14.133/2021	54
1.5.7.	Agente de contratação e comissão de contratação	55
1.5.8.	Impedimentos para participação nas licitações e nos contratos.....	62
1.6.	Sistema de Registro de Preços (SRP) na Lei 8.666/1993	64
1.6.1.	Procedimentos auxiliares na Lei 14.133/2021	75
1.6.1.1.	Credenciamento	75
1.6.1.2.	Pré-qualificação	76
1.6.1.3.	Procedimento de manifestação de interesse (PMI)	79
1.6.1.4.	Sistema de registro de preços (SRP)	80
1.6.1.5.	Registro cadastral	84
1.7.	Destinatários da regra da licitação.....	87
1.7.1.	Administração Pública direta.....	87
1.7.2.	Administração Pública indireta	88
1.7.2.1.	Licitação nas empresas estatais (Lei 13.303/2016)	88
1.7.2.2.	Características principais.....	92
1.7.3.	Entidades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público ..	105
1.8.	Contratação direta.....	106
1.8.1.	Licitação dispensada (art. 17 da Lei 8.666/1993)	108
1.8.2.	Dispensa de licitação (art. 24 da Lei 8.666/1993 e art. 4.º da Lei 13.979/2020)	112
1.8.2.1.	Valor reduzido (art. 24, I e II)	113
1.8.2.2.	Situações emergenciais (art. 24, III, IV e XXXV)	114
1.8.2.3.	Licitação deserta (art. 24, V)	116
1.8.2.4.	Intervenção no domínio econômico (art. 24, VI).....	117
1.8.2.5.	Licitação frustrada (art. 24, VII).....	117

1.8.2.6.	Contratação de entidades administrativas (art. 24, VIII, XVI e XXIII).....	118
1.8.2.7.	Segurança nacional (art. 24, IX)	121
1.8.2.8.	Compra e locação de imóveis (art. 24, X)	122
1.8.2.9.	Complementação do objeto contratual (art. 24, XI).....	122
1.8.2.10.	Gêneros perecíveis (art. 24, XII)	123
1.8.2.11.	Entidades sem fins lucrativos (art. 24, XIII, XX, XXIV, XXXIII e XXXIV).....	123
1.8.2.12.	Negócios internacionais (art. 24, XIV).....	127
1.8.2.13.	Obras de arte (art. 24, XV)	128
1.8.2.14.	Necessidade de manutenção de garantias (art. 24, XVII)	128
1.8.2.15.	Forças Armadas (art. 24, XVIII, XIX e XXIX)	128
1.8.2.16.	Bens destinados à pesquisa (art. 24, XXI).....	129
1.8.2.17.	Serviços públicos concedidos (art. 24, XXII)	130
1.8.2.18.	Transferência de tecnologia e incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica (art. 24, XXV, XXXI e XXXII)	130
1.8.2.19.	Contratos de programa (art. 24, XXVI).....	132
1.8.2.20.	Catadores de materiais recicláveis (art. 24, XXVII).....	133
1.8.2.21.	Alta complexidade tecnológica (art. 24, XXVIII)	133
1.8.2.22.	Assistência técnica e extensão rural (art. 24, XXX)	133
1.8.2.23.	Regras especiais de dispensa aplicáveis aos consórcios públicos, sociedades de economia mista, empresas públicas e agências executivas (art. 24, § 1.º)	134
1.8.2.24.	Dispensa de licitação para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus: art. 4.º da Lei 13.979/2020 e Lei 14.065/2020	136
1.8.3.	Inexigibilidade de licitação (art. 25 da Lei 8.666/1993).....	141
1.8.3.1.	Fornecedor exclusivo (art. 25, I)	142
1.8.3.2.	Serviços técnicos especializados (art. 25, II)	143
1.8.3.3.	Artistas consagrados (art. 25, III).....	146
1.8.3.4.	Credenciamento.....	146
1.8.4.	Contratação direta na Lei 14.133/2021.....	147
1.8.4.1.	Inexigibilidade de licitação (art. 74 da Lei 14.133/2021)...	148
1.8.4.2.	Dispensa de licitação (art. 75 da Lei 14.133/2021)	153
1.8.4.3.	Licitação dispensada (art. 76, I e II, da Lei 14.133/2021).....	161
1.9.	Modalidades.....	162
1.9.1.	Concorrência.....	163
1.9.2.	Tomada de preços e o registro cadastral.....	164
1.9.3.	Convite.....	167
1.9.4.	Concurso.....	168
1.9.5.	Leilão.....	169

1.9.6.	Pregão.....	169
1.9.6.1.	Pregão eletrônico em âmbito federal: visão geral do Decreto 10.024/2019	174
1.9.6.1.1.	Objeto e âmbito de aplicação do Decreto 10.024/2019	174
1.9.6.1.2.	Princípios aplicáveis ao pregão eletrônico federal.....	175
1.9.6.1.3.	Hipóteses de inaplicabilidade do pregão eletrônico	176
1.9.6.1.4.	Forma de realização	176
1.9.6.1.5.	CrITÉrios de julgamento das propostas.....	176
1.9.6.1.6.	Etapas do pregão eletrônico	177
1.9.6.1.7.	Saneamento ou convalidação	185
1.9.6.1.8.	Assinatura do contrato ou da ata de registro de preços	185
1.9.6.1.9.	Sanções	186
1.9.6.1.10.	Revogação e anulação do certame	186
1.9.6.1.11.	Sistema de dispensa eletrônica	186
1.9.6.2.	Pregão nas obras e serviços de engenharia: controvérsias	187
1.9.6.3.	Pregão na contratação de equipamentos e serviços de informática	188
1.9.7.	Consulta.....	188
1.9.8.	Modalidades de licitação na Lei 14.133/2021	189
1.9.8.1.	Pregão	190
1.9.8.2.	Concorrência.....	191
1.9.8.3.	Concurso	191
1.9.8.4.	Leilão.....	191
1.9.8.5.	Diálogo competitivo.....	192
1.10.	Procedimento.....	196
1.10.1.	Fases da licitação: interna e externa.....	196
1.10.2.	Edital	199
1.10.3.	Habilitação.....	200
1.10.3.1.	Habilitação jurídica	201
1.10.3.2.	Qualificação técnica	201
1.10.3.3.	Qualificação econômico-financeira	203
1.10.3.4.	Regularidade fiscal e trabalhista	203
1.10.3.5.	Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da CRFB	207
1.10.4.	Julgamento (tipos de licitação) e classificação.....	208
1.10.5.	Homologação e adjudicação.....	209

1.10.6.	Procedimento na Lei 14.133/2021	211
1.10.6.1.	Fases do processo de licitação e a preferência pela forma eletrônica	211
1.10.6.2.	Fase interna ou preparatória	213
1.10.6.3.	Administração Pública Consensual e Gerencial: audiências públicas, consultas públicas e repartição de riscos.....	217
1.10.6.4.	Valor estimado da contratação: possibilidade de orçamento sigiloso ou publicidade diferida	218
1.10.6.5.	Edital	221
1.10.6.6.	Margem de preferência	227
1.10.6.7.	Apresentação de propostas e lances.....	230
1.10.6.8.	Julgamento	232
1.10.6.9.	Habilitação	237
1.10.6.10.	Encerramento da licitação	241
1.11.	Anulação e revogação da licitação	242
1.11.1.	Anulação e revogação na Lei 14.133/2021	244
1.12.	Recursos administrativos.....	245
1.12.1.	Impugnações, pedidos de esclarecimentos e recursos na Lei 14.133/2021	246
1.13.	Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)	247
CAPÍTULO 2 – TEMAS ESPECIAIS DE LICITAÇÕES		251
2.1.	Cooperativas nas licitações.....	251
2.2.	Microempresas e empresas de pequeno porte (LC 123/2006) e o tratamento diferenciado nas licitações.....	253
2.2.1.	Saneamento de falhas na regularidade fiscal e trabalhista	254
2.2.2.	Empate ficto ou presumido	255
2.2.3.	Possibilidade de licitações diferenciadas	256
2.2.4.	Exigências para aplicação do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006.....	260
2.2.5.	Cédula de crédito microempresarial	262
2.2.6.	Aplicação do tratamento diferenciado da LC 123/2006 às cooperativas.....	262
2.2.7.	ME e EPP na Lei 14.133/2021.....	262
2.3.	A participação de consórcios empresariais nas licitações	263
2.3.1.	Consórcios empresariais na Lei 8.666/1993.....	263
2.3.2.	Consórcios empresariais na Lei 14.133/2021.....	265
2.4.	Desnecessidade de licitação para celebração de convênios e o processo seletivo objetivo	266
2.5.	Licitação nas concessões de serviços públicos.....	270
2.5.1.	Concessões comuns (Lei 8.987/1995): peculiaridades.....	270

2.5.1.1.	Projeto básico, projeto executivo e Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): elaboração por entidades privadas e participação na licitação para contratação de concessão comum de serviços públicos	270
2.5.1.2.	Modalidade de licitação	273
2.5.1.3.	Tipos de licitação	274
2.5.1.4.	Contratação direta: dispensa e inexigibilidade	274
2.5.2.	Concessões especiais (Lei 11.079/2004) – Parcerias Público-Privadas (PPPs): peculiaridades.....	275
2.5.2.1.	Projeto básico, projeto executivo e Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): elaboração por entidades privadas e participação na licitação para contratação de concessão especial de serviços públicos (PPPs)	276
2.5.2.2.	Justificativa para formatação da PPP	278
2.5.2.3.	PPP e responsabilidade fiscal: a interpretação do art. 28 da Lei 11.079/2004.....	278
2.5.2.4.	Editais e consulta pública	282
2.5.2.5.	Licenciamento ambiental.....	283
2.5.2.6.	Necessidade de autorização legislativa em determinados casos	284
2.5.2.7.	Modalidade de licitação: concorrência, lances de viva voz e inversão de fases	284
2.5.2.8.	Qualificação técnica e tipos de licitação	286
2.5.2.9.	Saneamento de falhas	287
2.6.	Licitação nos consórcios públicos.....	287
2.6.1.	Valores diferenciados para escolha da modalidade de licitação (art. 23, § 8.º, da Lei 8.666/1993).....	288
2.6.2.	Dispensa de licitação (art. 24, XXVI, da Lei 8.666/1993 e art. 75, XI, da Lei 14.133/2021)	288
2.6.3.	Valores diferenciados para dispensa de licitação (art. 24, § 1.º, da Lei 8.666/1993 e art. 75, § 2.º, da Lei 14.133/2021).....	289
2.6.4.	Licitação compartilhada (art. 112 da Lei 8.666/1993)	290
2.7.	Licitação no Terceiro Setor: aspectos polêmicos.....	291
2.7.1.	Terceiro Setor: visão geral.....	291
2.7.2.	Obrigatoriedade de processo objetivo de seleção para celebração do contrato de gestão e do termo de parceria.....	293
2.7.3.	A controvérsia a respeito da necessidade de licitação nas contratações com dinheiro público pelo Terceiro Setor.....	294
2.8.	A função regulatória das licitações e contratações públicas	296
2.8.1.	Introdução	296
2.8.2.	A função regulatória da licitação	297

2.8.3.	O Direito Administrativo pós-positivista, pluralismo e a legitimidade das licitações públicas: efetivação do desenvolvimento nacional.....	301
2.8.4.	A função regulatória na Lei 8.666/1993	306
2.8.5.	A função regulatória na Lei 14.133/2021	315
2.9.	Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC): visão geral	316
2.9.1.	Introdução	316
2.9.2.	Discussão quanto à constitucionalidade da Lei 12.462/2011.....	317
2.9.3.	Objeto e finalidades do RDC.....	319
2.9.4.	Princípios e diretrizes do RDC: a função regulatória da licitação ...	322
2.9.5.	Aquisição de bens: peculiaridades	324
2.9.5.1.	Indicação de marca.....	324
2.9.5.2.	Amostras.....	325
2.9.5.3.	Certificados de qualidade	325
2.9.5.4.	Solidariedade do fabricante.....	326
2.9.6.	Contratação integrada.....	326
2.9.7.	Contrato de desempenho e remuneração variável.....	329
2.9.8.	Inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento	330
2.9.9.	Regras especiais sobre publicidade: orçamento sigiloso e publicação dos atos.....	331
2.9.10.	Lances verbais e intermediários	333
2.9.11.	Critérios de julgamento.....	334
2.9.12.	Critérios de desempate.....	335
2.9.13.	Pré-qualificação permanente.....	336
2.9.14.	Registros cadastrais	337
2.9.15.	Sistema de Registro de Preços (SRP)	337
2.9.16.	Catálogo eletrônico de padronização	339
2.9.17.	Comissão de licitação	339
2.9.18.	Contratação direta	339
2.9.19.	Condições para participação nas licitações e para contratações	340
2.9.20.	Contratos no RDC	341
2.9.21.	Recursos administrativos.....	342
2.9.22.	Sanções administrativas	342
2.10.	Licitações inclusivas: os impactos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) nas contratações públicas	343
2.10.1.	Introdução	343
2.10.2.	A proteção dos portadores de deficiência no Direito Administrativo ..	344
2.10.3.	Licitações inclusivas e os impactos promovidos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) na Lei 8.666/1993: a função regulatória da licitação e a função social dos contratos administrativos.....	345
2.10.4.	Licitações inclusivas e a Lei 14.133/2021	351

2.11.	Licitações e contratações de soluções inovadoras pela Administração Pública: o regime jurídico da LC 182/2021	352
2.12.	Licitações públicas e a “teoria dos leilões”	357

CAPÍTULO 3 – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	361	
3.1.	Conceito e a dicotomia contrato administrativo x contrato privado	361
3.2.	Fontes normativas e competência legislativa	363
3.3.	Sujeitos do contrato	364
3.4.	Características	366
3.4.1.	Formalismo moderado	366
3.4.2.	Bilateralidade	367
3.4.3.	Comutatividade	368
3.4.4.	Personalíssimo (<i>intuitu personae</i>)	368
3.4.5.	Desequilíbrio	368
3.4.6.	Instabilidade	369
3.5.	Formalização do contrato e garantias	369
3.5.1.	Formalização dos contratos na Lei 14.133/2021	371
3.5.2.	Garantias na Lei 14.133/2021	376
3.5.3.	Alocação de riscos na Lei 14.133/2021	380
3.6.	Cláusulas exorbitantes	381
3.6.1.	Alteração unilateral	382
3.6.2.	Rescisão unilateral	386
3.6.3.	Fiscalização	386
3.6.4.	Aplicação de sanções	387
3.6.5.	Ocupação provisória	387
3.6.6.	Outras cláusulas exorbitantes	388
3.6.7.	A releitura das cláusulas exorbitantes	388
3.6.8.	Cláusulas exorbitantes na Lei 14.133/2021	389
3.7.	Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos	390
3.7.1.	Reajuste	391
3.7.2.	Revisão	393
3.7.3.	Atualização financeira	394
3.7.4.	Repactuação	395
3.7.5.	Revisão, reajuste, repactuação e atualização monetária na Lei 14.133/2021	397
3.8.	Duração dos contratos	400
3.8.1.	Contratos por prazo certo e contratos por escopo	400
3.8.2.	Regra geral da duração: vigência do crédito orçamentário	401
3.8.3.	Exceções: contratos com prazo superior à vigência do orçamento	401
3.8.4.	Duração dos contratos na Lei 14.133/2021	406
3.9.	Prorrogação dos contratos	412

3.10.	Inexecução contratual	414
3.10.1.	Inexecução culposa.....	414
3.10.1.1.	Exceção de contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>)	415
3.10.2.	Inexecução sem culpa	417
3.10.2.1.	Teoria da imprevisão	418
3.10.2.2.	Fato do príncipe	418
3.10.2.3.	Caso fortuito e força maior	419
3.11.	Extinção dos contratos.....	420
3.11.1.	Motivos, formas e consequências da rescisão contratual	420
3.11.2.	Mecanismos de resolução de conflitos administrativos: negociação, mediação, arbitragem e os <i>dispute boards</i>	421
3.11.3.	Arbitragem nos contratos administrativos	422
3.11.3.1.	Arbitrabilidade subjetiva (Administração Pública) e objetiva (direitos disponíveis)	424
3.11.3.2.	Arbitragem de direito e a vedação da arbitragem por equidade.....	425
3.11.3.3.	A publicidade da arbitragem na Administração Pública ..	426
3.11.3.4.	Regulamentação e autonomia federativa	427
3.11.3.5.	Cláusula compromissória e compromisso arbitral	427
3.11.3.6.	Arbitragem e a relativização prerrogativas administrativas	429
3.11.3.7.	Arbitragem <i>ad hoc</i> ou institucional	431
3.11.3.8.	Árbitro ou tribunal arbitral	432
3.11.3.9.	Escolha do árbitro ou instituição arbitral: inexigibilidade de licitação.....	432
3.11.3.10.	Interrupção da prescrição.....	434
3.11.4.	Mediação e autocomposição de conflitos na Administração Pública	434
3.11.5.	Extinção dos contratos na Lei 14.133/2021	435
3.11.5.1.	Motivos para extinção dos contratos administrativos.....	435
3.11.5.2.	Extinção unilateral, consensual, judicial ou arbitral.....	437
3.11.5.3.	Meios alternativos de resolução de controvérsias: conciliação, mediação, comitê de resolução de disputas (<i>dispute boards</i>) e a arbitragem	439
3.12.	Sanções administrativas	440
3.12.1.	Infrações e sanções administrativas na Lei 14.133/2021	444
3.13.	Controle das licitações e dos contratos	451
3.13.1.	Controle das licitações e dos contratos na Lei 14.133/2021	453
3.14.	Responsabilidade civil nos contratos administrativos.....	460
3.14.1.	Responsabilidade primária do contratado e responsabilidade subsidiária do Estado pela má execução do contrato	460

3.14.2.	Responsabilidade do Estado nas terceirizações pelos encargos trabalhistas e previdenciários.....	462
3.14.3.	Responsabilidade pessoal do parecerista nas licitações.....	465
3.14.4.	Responsabilidade do Estado, das concessionárias e permissionárias de serviços públicos	467
CAPÍTULO 4 – TEMAS ESPECIAIS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS ...		469
4.1.	Contratos de concessão de serviço público	469
4.1.1.	Contrato de concessão comum de serviço público (Lei 8.987/1995)	470
4.1.1.1.	Cláusulas essenciais.....	471
4.1.1.2.	Prazo	471
4.1.1.3.	Prorrogação	472
4.1.1.4.	Subcontratação, subconcessão e transferência da concessão ou do controle acionário	475
4.1.1.5.	Encargos do poder concedente e da concessionária.....	476
4.1.1.6.	Direitos e obrigações dos usuários	477
4.1.1.7.	Extinção do contrato de concessão.....	479
4.1.1.7.1.	Advento do termo contratual.....	479
4.1.1.7.2.	Encampação.....	480
4.1.1.7.3.	Caducidade	481
4.1.1.7.4.	Rescisão	483
4.1.1.7.5.	Anulação.....	483
4.1.1.7.6.	Falência ou desaparecimento do concessionário.....	484
4.1.1.7.7.	Distrito, acordo ou extinção amigável	484
4.1.1.7.8.	Caso fortuito e força maior	485
4.1.1.8.	Arbitragem nos contratos de concessão.....	486
4.1.1.9.	Reversão dos bens.....	486
4.1.2.	Contrato de concessão especial de serviço público (Lei 11.079/2004) ..	487
4.1.2.1.	Origem e fontes normativas	487
4.1.2.2.	Conceito: PPP em sentido amplo e PPP em sentido restrito.....	488
4.1.2.3.	Espécies de PPPs: patrocinada e administrativa	488
4.1.2.4.	Principais características da concessão especial – PPP ..	490
4.1.2.4.1.	Remuneração do concessionário	491
4.1.2.4.2.	Repartição objetiva de riscos.....	492
4.1.2.4.3.	Valor mínimo do contrato.....	494
4.1.2.4.4.	Prazo contratual	496
4.1.2.4.5.	Objeto complexo	497
4.1.2.4.6.	Cláusulas essenciais.....	497
4.1.2.4.7.	Sociedade de Propósito Específico (SPE)	498

4.1.2.4.8.	Garantias diferenciadas e o Fundo Garantidor de Parcerias (FGP)	499
4.1.2.4.9.	Verificador Independente nas concessões comuns e PPPs	502
4.2.	Convênios administrativos	503
4.3.	Convênios de natureza financeira: convênios, contratos de repasse e termo de cooperação (Decreto 6.170/2007, Decreto 7.568/2011 e Portaria Interministerial 424/2016)	506
4.4.	Contrato de gestão	511
4.4.1.	Contrato de gestão interno ou endógeno ou “contrato de desempenho”	512
4.4.2.	Contrato de gestão externo ou exógeno	513
4.5.	Termo de Parceria	514
4.6.	O novo marco regulatório das parcerias entre a administração e as Organizações da Sociedade Civil (OSCS): aspectos relevantes da Lei 13.019/2014... ..	516
4.6.1.	Introdução	516
4.6.2.	A abrangência federativa da Lei 13.019/2014 e a necessidade de sua interpretação conforme a Constituição	517
4.6.3.	O âmbito de aplicação da Lei 13.019/2014 às entidades privadas sem fins lucrativos e às entidades da Administração Pública	519
4.6.4.	Procedimentos de seleção de entidades parceiras	521
4.6.4.1.	Procedimento de Manifestação de Interesse Social (PMIS)	521
4.6.4.2.	A exigência de chamamento público para seleção de organizações da sociedade civil	522
4.6.5.	Instrumentos jurídicos de parcerias entre a Administração e as organizações da sociedade civil: termo de colaboração e termo de fomento	526
4.6.6.	Contratações realizadas pelas organizações da sociedade civil	532
4.6.7.	Atuação em rede de organizações da sociedade civil	535
4.6.8.	Transparência, participação social, prestação de contas e <i>accountability</i>	536
4.6.9.	Destino dos bens remanescentes	537
4.6.10.	Responsabilidade civil e sanções administrativas	538
4.6.11.	Benefícios para OSCs	539
4.6.12.	Vigência da Lei 13.019/2014 e regras de transição	540
4.7.	Contrato de consórcio público	540
4.7.1.	Conceito e fontes normativas	540
4.7.2.	Características principais dos consórcios públicos antes e depois da Lei 11.107/2005	541
4.7.3.	Constitucionalidade das normas gerais sobre consórcios	543
4.7.4.	Partícipes do consórcio público	545
4.7.5.	Procedimento para instituição do consórcio público	545

4.7.6.	Personificação do consórcio	547
4.7.6.1.	Consórcio público de direito público: associação pública...	547
4.7.6.2.	Consórcio público de direito privado.....	549
4.7.7.	Contrato de rateio	550
4.7.8.	Contrato de programa.....	551
4.8.	Contratos das empresas estatais.....	552
4.9.	Programas de Integridade (<i>compliance</i>) nas Contratações Públicas.....	555
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		559